

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ÍNDICE

História do Brasil - A República Militar	2
Características Gerais	2
General Humberto de Alencar Castelo Branco (1964 – 1967)	3
General Artur da Costa e Silva (1967 – 1969)	3
Realizações Durante seu Governo	3
Junta Governativa Provisória (31 de Agosto a 30 de Outubro de 1969)	4
Emenda Constitucional de 1969	4

História do Brasil - A República Militar

A campanha do comunismo como o monstro e causa de todos os males estava colocada e foi levada à exaustão pela mídia durante aqueles anos, apoiada por políticos e militares. Isso tanto é verdade e solidificou-se de tal maneira que no Brasil o medo dos ideais igualitários se tornou algo por demais assustador. De tão arraigado, qualquer um que cismar em falar de comunismo já será visto de forma estigmatizada e julgada sob pré-conceitos capitalistas ocidentais desprovidos de reflexão dialética, mesmo hoje em dia, com supostos ares democráticos nos embalando.

(Baseado na obra: **Vida e Morte da Ditadura**, de Nelson Werneck Sodré)

Características Gerais

- > Aproximação política e econômica com os E.U.A..
- > Cerceamento da liberdade coletiva e individual.
- > Centralização no Poder Executivo.
- > Abertura ao Capital Estrangeiro.
- > Expansão do crédito ao consumidor.
- > Concentração de Renda.
- > Desejo militar de tornar o Brasil uma *superpotência*.

As ditaduras militares na América Latina foram o reflexo da Guerra Fria no continente americano. Costuma-se chamar o período que vai de 1964 a 1985 de *ditadura militar*, nós, porém, vamos chamá-lo de *governo militar*. Quando falamos em ditadura no Paraguai, rapidamente o nome de Stroessner se apresenta; ditadura no Chile, lembramo-nos de Pinochet; ditadura na Argentina, lembramo-nos de Videla, e assim acontece em vários países onde encontramos uma relação entre o ditador e o regime ditatorial. No Brasil, contudo, isso não ocorre. Se falarmos em ditadura no Brasil, cada um lembrará do nome de um governante. Isso se dá pelo fato de que no Brasil a ditadura foi **institucional** e não **pessoal**.

A instituição *República* adentrou ao regime das eleições por voto indireto, mas mesmo assim tivemos uma alternância de poder entre os militares. Em um primeiro momento, o plano não foi apresentado como uma ditadura militar. Foi, na verdade, um golpe que objetivava a defesa da integridade e segurança nacionais, paz social, preservação da democracia, afirmação da soberania nacional. Em virtude disso, o golpe de 31 de março, consolidado em 1º de abril, contou com apoio dos amplos setores da sociedade. Ele se vestiu de ares democráticos para defender as instituições brasileiras.

Dentro dessa configuração política, temos os governantes (militares) governando muitas vezes por meio dos Atos Institucionais (AI, como ficaram conhecidos). Os principais foram:

AI – 1	1964	Aumento do poder do Executivo; suspensão das imunidades parlamentares; cassação de mandatos de deputados pelo Executivo.
AI – 2	1965	Eleições indiretas para Presidente; decretação do estado de sítio sem autorização do Congresso; extinção do pluripartidarismo; instituição do bipartidarismo ARENA – Aliança Renovadora Nacional – situação, e MDB – Movimento Democrático Brasileiro – oposição.
AI – 3	1966	Eleições indiretas para Governadores dos Estados.
AI – 4	1966	Revogava a Constituição de 1946.
AI – 5	1968	Executivo pode cassar mandatos e direitos políticos, além de aposentar juízes; suspensão da garantia de <i>habeas corpus</i> ; intervenção federal nos Estados e Municípios; Congresso colocado em recesso pelo Executivo.

General Humberto de Alencar Castelo Branco (1964 – 1967)

- > Eleição indireta.
- > Edição dos AI – 1, AI – 2 e AI – 3.
- > Implantação do PAEG – Plano de Ação Econômica do Governo.
- > SNI – Serviço Nacional de Informações, uma espécie de CIA, para a manutenção do controle sobre as informações.
- > Criação do Banco Central do Brasil e Banco Nacional de Habitação (BNH).
- > Implantação do Cruzeiro Novo como Unidade Monetária.
- > A economia brasileira ficou a cargo dos ministros Otávio Gouveia de Bulhões e Roberto Campos, que deram prioridade ao combate à inflação e à modernização do Estado e da economia.
- > Criação da Lei da Imprensa (início da censura).
- > Criação do INPS – Instituto Nacional de Previdência Social.
- > Rodovia Castelo Branco.

General Artur da Costa e Silva (1967 – 1969)

- > Ampliação dos poderes do Presidente.
- > Direito ao Presidente da República de baixar decretos-lei.
- > Mudança do nome do país – de República dos Estados Unidos do Brasil para República Federativa do Brasil.
- > Eleição INDIRETA para Presidente e Vice-Presidente.
- > Militarização da presidência da República.
- > Pena de morte para crimes de segurança nacional.
- > Fim do direito de greve.
- > Abre espaço para leis posteriores de censura e banimento.

Realizações Durante seu Governo

- » Reação ao governo por meio da Frente Ampla de Setores, liderada por Carlos Lacerda e Juscelino Kubitschek.
- » Criação da FUNAI – Fundação Nacional do Índio, em substituição ao SPI – Serviço de Proteção ao Índio, de 1910.
- » Maior concentração de poder.
- » 1968 – Morte do secundarista Edson Luís – Movimentos contra a ditadura – Passeata dos 100 mil no Rio de Janeiro.
- » Militares invadem um sítio em Ibiúna, cidadezinha no interior do estado de São Paulo, e prendem um grande número de jovens que participavam do XXX Congresso da UNE (União Nacional dos Estudantes).
- » Crítica ao regime por parte do Deputado Márcio Moreira Alves (cassado).
- » Edição do AI – 5.

Luta armada contra o Governo: a ocorrência maior se deu em 1969, quando Diógenes José Carvalho de Oliveira, Pedro Lobo de Oliveira e José Ronaldo Tavares de Lira e Silva, integrando um grupo de onze terroristas da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR, um dos vários grupos de esquerda que pretendiam o poder), em 26 de junho, promoveram um atentado à bomba ao Quartel-General do II Exército, em São Paulo. Um carro-bomba foi lançado de encontro ao portão, os militares de plantão ainda tentaram disparar contra o veículo, que colidiu na parede externa do Quartel. O soldado Mário Kozel Filho, que fazia a guarda na ocasião, acabou sendo despedaçado pela explosão de uma carga com 50 quilos de dinamite, que ainda causou estragos em um perímetro de 300 metros de raio do centro, deixando ainda mais 6 militares feridos. Diante da violência do ataque terrorista, o governo intensificou a repressão à subversão.

Afastamento do Presidente por motivos de saúde.

Junta Governativa Provisória (31 de Agosto a 30 de Outubro de 1969)

Emenda Constitucional de 1969

- > Governo exercido por uma Junta Militar.
- > Aurélio de Lira Tavares, ministro do Exército.
- > Augusto Rademaker, ministro da Marinha, e Márcio Melo, ministro da Aeronáutica.

Exercícios

01. Durante o governo militar brasileiro (1964-1985), ocorreram:

- a) fim do intervencionismo estatal na economia, ampliação da autonomia dos estados e controle militar do sistema de informações.
- b) ampliação dos programas sociais voltados à saúde e à educação, crescimento industrial e saneamento completo das contas públicas.
- c) limitação dos investimentos estrangeiros no país, erradicação da inflação e pagamento da dívida externa brasileira.
- d) fortalecimento do poder executivo, relativo esvaziamento do legislativo e do judiciário e aumento da participação estatal na economia.
- e) modernização tecnológica nas comunicações, incremento dos transportes aéreo e ferroviário e maior equilíbrio na distribuição de renda.

02. O Ato Institucional n.º 5, de dezembro de 1968, como

- a) uma forma de estimular o aumento dos protestos da classe média contra o regime militar.
- b) uma medida dura, mas necessária para o restabelecimento da ordem e da tranquilidade no país.
- c) um instrumento de coerção, que limitava os direitos e a capacidade de defesa dos cidadãos.
- d) uma tentativa de frear o avanço dos militares, que haviam assumido o controle do governo federal.
- e) um esforço de democratização e reformas sociais, em um momento de crise e instabilidade econômica.

Gabarito

01 - D

02 - C